

**INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO -  
CENTEC**

**CNPJ: 03.021.597/0001-49**

**Demonstrações contábeis dos exercícios findos  
em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
acompanhadas do Relatório dos Auditores  
Independentes.**

**INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO - CENTEC**  
**CNPJ: 03.021.597/0001-49**

**Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.**

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	3
Balanço Patrimonial	6
Demonstração do Resultado	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis	12

## **Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**

**Aos**  
**Acionistas e Administradores da**  
**INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO - CENTEC**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC, que compreendem o balanço patrimonial as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Quando aplicável descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 28 de Março de 2017

**CONTROLLER AUDITORIA E ACESSORIA CONTÁBIL S/S**

CRC (CE) 232-J

CNPJ (MF) 23.562.663/0001-03



**FRANCISCO MOISÉS DE ALMEIDA GOMES**

DIRETOR TÉCNICO

CONTADOR CRC(CE) Nº 12.837

CNAI Nº 2.011

C.P.F. : 575.694.793-00

**INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO - CENTEC**

**CNPJ: 03.021.597/0001-49**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em Reais

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

**Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC** é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Fortaleza, e tem por objetivo promover a Educação Tecnológica de Qualidade. Exerce atividades de ensino, pesquisa e extensão, e é reconhecida por atender à demanda da sociedade em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará.

O CENTEC foi criado em 09 de março de 1999 e qualificado como Organização Social em 29 de junho de 2000 pelo decreto nº 25.927; seu estatuto está em conformidade com o que determina a Lei Federal nº 9.637 de 15 de maio de 1998, e com a Lei Estadual nº 12.781 de 30 de dezembro de 1997; lei das Organizações Sociais, mantendo contratos de gestão com o Governo do Estado do Ceará, através da SECITECE e SEDUC.

O CENTEC para cumprir sua missão, declara em seu art. 5º os seguintes objetivos:

- I. Atuar como centro de Referência, formando técnicos de nível médio e superior em áreas estratégicas, visando ao desenvolvimento hidro-agrícola, agro-industrial, eletromecânico, sócio econômico e ambiental do Estado do Ceará;
- II. Preparar mão de obra especializada para atender às demandas regionais, realizar treinamentos e cursos de curta duração;
- III. Projetar, construir, operar, manter e expandir os prédios e as instalações físicas e de serviços colocados sob sua responsabilidade e gerenciados pelo Poder Público, sendo iniciativa ou desenvolvidas por ele próprio, conforme as necessidades de ensino, pesquisa e outras atividades;
- IV. Desenvolver estudos, projetos e pesquisas de natureza básica, aplicada e tecnológica nas áreas de sua competência e afins;
- V. Difundir e transferir as tecnologias geradas/adaptadas a partir das demandas, analisando a aplicabilidade na solução dos problemas regionais;
- VI. Contribuir para o aprimoramento da indústria nacional, colocando à disposição da mesma seu corpo de pesquisadores e técnicos e as instalações sob sua responsabilidade e gerenciamento e buscando empresas nacionais qualificadas para participar das etapas de construção, operação e manutenção de equipamentos do CENTEC, bem como executando ou participando de projetos de pesquisa e desenvolvimento de interesse comum;
- VII. Desenvolver, gerar, licenciar tecnologias, exportar e/ou importar materiais, componentes, equipamentos e serviços de alta tecnologia para cumprir sua missão, por seus próprios meios ou em parceria com centros de pesquisa e/ou empresas nacionais e estrangeiras;
- VIII. Os programas desenvolvidos pelo Instituto Centec beneficiam cerca de **64.268** pessoas, sendo estas, beneficiadas com os Contratos de Gestão Secitece, EMI e E-Jovem, divididas da seguinte maneira:

- Contrato de Gestão SECITECE – 11.645 pessoas;
- Contrato de Gestão EMI – 48.198 pessoas;
- Contrato de Gestão E-Jovem – 4.425 pessoas.

### **Estrutura Administrativa**

A estrutura Administrativa é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. Ao Conselho de Administração incumbe a função deliberativa e fiscalizadora superior para definir o planejamento estratégico e realizar a coordenação, o controle, a avaliação e a fixação de diretrizes fundamentais para o funcionamento do Instituto CENTEC. O Conselho de Administração, constituído por 07 (sete) membros e seus respectivos suplentes, de notória capacidade e reconhecida idoneidade moral, terá a seguinte composição:

- I. 02 (dois) representantes do Poder Público Estadual, abaixo definidos:
  - a) Um representante da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE;
  - b) Um representante da Secretaria da Educação do Ceará – SEDUC.
- II. 02 (dois) representantes de entidades da sociedade civil;
- III. 01 (um) membro eleito pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- IV. 02 (dois) membros representantes dos empregados do CENTEC, eleitos em Assembleia Geral, sendo 01 (um) representando o corpo docente e 01 (um) representando o corpo técnico administrativo.

A Diretoria Executiva será dirigida por um Diretor Presidente e até três diretores, cabendo-lhes promover, executivamente, os objetivos institucionais, no qual será designado pelo Conselho de Administração podendo ser reconduzido a cada 02 (dois) anos, permitida a sua permanência por um período máximo de 08 (oito) anos.

Os demais diretores serão indicados pelo Diretor Presidente e aprovados pelo Conselho de Administração, podendo ser destituídos a qualquer tempo, mediante requisição do Diretor Presidente ou de quaisquer membros do Conselho com aprovação do respectivo Conselho.

O Conselho Fiscal, órgão fiscalizador da gestão financeira do Instituto será constituído por 07 (sete) membros e seus respectivos suplentes, tendo mandato de um ano, sendo permitida uma recondução por igual período.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

### **2.1. Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As Demonstrações Contábeis foram preparadas pela Administração do Instituto, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002- Instituto sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2.000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2.002 – Instituto sem finalidade de lucros.

## 2.2. Principais práticas contábeis adotadas

- a) Caixa e Equivalentes de Caixa - Incluem os saldos da conta de Fundo Fixo e Fundos Especiais que se referem aos adiantamentos concedidos aos funcionários para realização de despesas diversas, tais como pequenas compras, para posterior acerto de contas; Banco Conta Movimento; Aplicações de Liquidez Imediata que são registradas pelo valor de aplicação, acrescidos os rendimentos auferidos e Banco Contas Vinculadas;
- b) Os Direitos e Obrigações foram demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis em real, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros;
- c) Apuração dos Resultados - A classificação e registro contábil dos eventos econômicos deram-se em conformidade com o regime de competência tanto para as receitas como para as despesas e seguindo as demais normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Sendo registradas pelo Regime de Caixa as Receitas relativas a Inscrições de Vestibular, Mensalidades de Cursos e Aluguéis de Sala;
- d) Isenções e benefícios fiscais – O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos e, portanto, goza de isenção do Imposto Renda e Contribuição Social de acordo com o Artigo 15 da Lei nº 9.532/97. Ele goza também de isenção do imposto municipal ISSQN;
- e) Almojarifado - As quantidades físicas e financeiras dos itens constantes no Almojarifado são determinadas pelas movimentações registradas no sistema de almojarifado, avaliadas pelo custo médio;
- f) Imobilizado - Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As taxas anuais de depreciação estão demonstradas na nota 4.2.;
- g) Superávit do exercício – Resultado positivo das operações realizadas pelo Instituto Centec.

## 3. ATIVO CIRCULANTE

### 3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras.



Descrição	2016	2015	
Caixa – Fundo Fixo	16.338,55	-	
Descrição	2016	2015	
Banco c/Movimento – Recursos s/Restrições	2.259,70	1.191,28	
Banco c/Movimento – Recursos c/Restrições	1.132.359,86	15.453,19	
Aplicações Financeiras – Recursos s/Restrições	2.230.000,10	2.289.219,51	(1)
Aplicações Financeiras – Recursos c/Restrições	21.467.308,69	22.265.526,79	(1)
Bancos Contas Vinculadas	-	101.735,39	
<b>Total</b>	<b>24.848.266,90</b>	<b>24.673.126,16</b>	

**Observações: (1)**

Descrição	2016	2015	
APLIC BB c/c: 22.666-1 F. RES. SEDUC EMI	12.596.857,63	10.041.121,75	(a)
APLIC BB c/c: 35.828-2 EMI	7.404.300,60	-	
APLIC. BB c/c: 33.303-4--JOVEM Nº 385/14	-	2.481.969,09	
APL BB c/c: 33.958-X SEDUC EMI 011/2015	-	8.466.600,50	
Outras Contas	3.696.150,56	3.565.054,96	
<b>Total</b>	<b>23.697.308,79</b>	<b>24.554.746,30</b>	

- (a) O valor considerável aplicado nesta conta refere-se ao saldo de provisão com o fim de custear as despesas com as rescisões dos contratos de trabalho do contrato Seduc/EMI;
- (b) O valor considerável aplicado nesta conta refere-se ao saldo de provisão com o fim de custear as despesas dos contratos de trabalho do contrato Seduc/EMI.

**3.2. Contas a Receber**

Estão apresentadas a valores de custo.

Descrição	2016	2015
Contas a Receber – Recursos s/ Restrições	6.845,00	22.158,00
Contas a Receber – Recursos c/ Restrições	-	-
Aluguéis a Receber	56.860,00	13.760,00
Mensalidades a Receber	3.375,00	-
Contratos de Incubação	1.888,00	-
<b>Total</b>	<b>68.968,00</b>	<b>35.918,00</b>

Observação: As Subvenções foram recebidas integralmente no exercício.

**3.3. Valores a Recuperar**

A entidade possui valores de natureza tributária, passíveis de recuperação tanto por meio de compensação, como por ressarcimento ou simples dedução.

Descrição	2016	2015
Outros valores a Recuperar – EMI	69.595,58	-
Outros valores a Recuperar – SECITECE	7.515,19	13.750,81
Outros valores a Recuperar – Recurso Próprio	194,37	194,37
Outros valores a Recuperar – Recursos Diversos	4.479,51	4.848,09
ISS a recuperar – Energia Pecém	-	480,70
ISS a recuperar – EMI 2010	-	1.893,75
ISS a recuperar – SECITECE	761,09	761,09
ISS a recuperar – SEINFRA	12.000,00	12.000,00
IRF s/ aplicação a Recuperar – Sem Restrição	-	19.282,94
IRF s/ aplicação a Recuperar – Com restrição/Contrato	694.954,42	656.297,77
Férias Pagas a Ressarcir	90,95	-
Salário a Ressarcir	755,70	698,53
Mensalidades Unimed	13.604,25	-
Mensalidades Uniodonto	66,56	-
PIS/COFINS a Recuperar	1.822,42	1.822,42
PIS a Compensar	174,66	174,66
<b>Total</b>	<b>806.014,70</b>	<b>712.205,13</b>

De acordo com consulta realizada junto à Receita Federal, constatamos que as Instituições Financeiras não deveriam ter retido o Imposto de Renda na Fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras. Diante do exposto, encaminhamos correspondência às mesmas para que não mais houvesse a retenção.

Os valores referentes ao Imposto de Renda Retido s/ Aplicação foram motivo de um processo de restituição Junto à Secretaria da Receita Federal.

Durante o ano de 2015 as retenções continuaram, mesmo após a solicitação de providências jurisdicionais através da ação declaratória de obrigação de não fazer junto aos bancos, sob pena do Promovido (instituições financeiras) continuar a reter indevidamente valores das contas bancárias do Promovente (Centec), dificultando a concretização das ações cotidianas do CENTEC, no cumprimento de sua missão institucional, que hoje envolve público que depende da educação tecnológica gratuita em todo o Estado do Ceará.

A ação judicial acima mencionada continua tramitando sem que até a presente data tenha havido qualquer decisão.

Durante o ano de 2016 as retenções continuaram, entretanto foram ressarcidas boa parte destas retenções para a conta da aplicação, ficando pendente os valores retidos nos anos anteriores.

### 3.4. Despesas do Exercício Seguinte

Na conta de despesas do exercício seguinte estão registrados os valores de adiantamentos de empregados objetivando cobrir despesas de salário, férias, rescisões, vale-transportes e vale-refeição do mês subsequente.

Descrição	2016	2015
Vale-Transporte	13.578,20	15.636,80
Vale-Refeição	607.933,72	785.280,92
Descrição	2016	2015
Férias	1.423.647,43	1.848.651,91
Seguro de Automóveis e Acidentes	1.697,82	1.623,94
Rescisões a Pagar	28.276,45	7.418,47
<b>Total</b>	<b>2.075.133,62</b>	<b>2.658.612,04</b>

### 3.5. Almojarifado

Os estoques existentes na data do encerramento do período de apuração foram avaliados pelo custo médio ponderado.

Descrição	2016	2015
Material de Almojarifado - C. Gestão	3.249,03	3.349,57
Material de Almojarifado - Rec. Próprio	1.395,69	1.804,90
Material de Almojarifado - Convênios	7.372,69	53.960,70
<b>Total</b>	<b>12.017,41</b>	<b>59.115,17</b>

## 4. ATIVO NÃO CIRCULANTE

### 4.1. Depósitos Judiciais

Os valores apresentados como Depósitos Judiciais são recolhidos pela instituição e poderão ser revertidos em benefícios da mesma mediante a decisão dos órgãos jurisdicionais.

Descrição	2016	2015
Depósito Judicial	243.495,25	4.462,91
Atualização Depósito Judicial	21.141,48	703,06
<b>Total</b>	<b>264.636,73</b>	<b>5.165,97</b>

### 4.2 Imobilizado

Os elementos integrantes do Ativo Imobilizado foram avaliados ao custo de aquisição e a depreciação dos bens foi calculada a partir das taxas orientadas pela legislação tributária vigente.

Segue a composição do saldo do Grupo:

<b>Imobilizado (a)</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>IMÓVEIS S/ RESTRIÇÃO</b>	<b>455.797,25</b>	<b>455.797,25</b>
Benfeitorias em Bens e Terceiros	455.797,25	455.797,25
<b>MÓVEIS S/ RESTRIÇÃO</b>	<b>2.451.889,08</b>	<b>2.420.339,48</b>
Veículos	248.464,00	248.464,00
Maquinas e Equipamentos	252.851,10	224.411,10
Computadores e Periféricos	1.154.549,53	1.152.999,93
Móveis e Utensílios	572.901,21	571.441,21
Instalações	234,00	234,00
Aparelho telefônico	38.836,41	38.736,41
Biblioteca	132.215,28	132.215,28
Software	7.199,97	7.199,97
Aparelhos e Equipamentos de Laboratório	44.637,58	44.637,58
<b>IMÓVEIS C/ RESTRIÇÃO</b>	<b>2.755.982,53</b>	<b>2.755.982,53</b>
Edificações	2.574.515,86	2.574.515,86
Benfeitorias em Bens e Terceiros	181.466,67	181.466,67
<b>MÓVEIS C/ RESTRIÇÃO</b>	<b>4.221.387,18</b>	<b>4.216.557,18</b>
Veículos	13.400,00	13.400,00
Máquinas e Equipamentos	249.039,86	249.039,86
Computadores e Periféricos	1.786.860,96	1.783.380,96
Móveis e Utensílios	1.539.944,99	1.538.594,99
Instalações	2.587,00	2.587,00
Aparelho Telefônico	37.568,99	37.568,99
Biblioteca	3.544,57	3.544,57
Software	41.690,00	41.690,00
Aparelhos e Equipamentos de Laboratório	546.750,81	546.750,81

<b>Depreciações e Amortizações Acumuladas (b)</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
	<b>-7.627.472,80</b>	<b>-7.234.972,59</b>
Edificações	-985.804,63	-882.823,87
Benfeitorias em Bens de Terceiros	-376.545,05	-351.054,41
Veículos	-261.864,00	-261.864,00
Maquinas e Equipamentos Diversos	-407.669,67	-376.017,12
Computadores e Periféricos	-2.898.418,93	-2.867.718,89
Móveis e Utensílios	-1.998.705,56	-1.868.320,78
Instalações	-2.816,33	-2.581,55
Aparelho Telefônico	-64.056,55	-59.620,33
Biblioteca	-67.374,55	-53.792,47
Software	-33.458,38	-28.560,82
Aparelhos e Equipamentos de Laboratório	-530.759,15	-482.618,35
<b>Total (a+b)</b>	<b>2.257.583,24</b>	<b>2.613.703,85</b>

Descrição	Taxas de Depreciação
Edificações	4%
Benfeitorias em Bens de Terceiros	4%
Veículos	10%
Maquinas e Equipamentos Diversos	10%
Computadores e Periféricos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Instalações	10%
Biblioteca	10%
Software	10%
Aparelhos e Equipamentos de Laboratório	10%

No exercício de 2016 o Imobilizado da entidade apresentou movimentação de aquisição na importância de R\$ 36.379,60 (Trinta e seis mil, trezentos e setenta e nove reais e sessenta centavos) e não houve baixas, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	Aquisições	Baixas
Máquinas e Equipamentos	28.440,00	-
Computadores e Periféricos	5.029,60	-
Móveis e Utensílios	2.810,00	-
Aparelho Telefônico	100,00	-
<b>Total</b>	<b>36.379,60</b>	-

O tempo de vida útil dos bens componentes do Ativo Imobilizado foi fixado com base nos parâmetros determinados pela legislação do Imposto de Renda. Novas normas e interpretações contábeis foram publicadas e são requeridas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011 visando à convergência das práticas contábeis brasileiras às práticas internacionais de contabilidade.

## 5. PASSIVO CIRCULANTE

### 5.1. Obrigações com Empregados

#### 5.1.1. Obrigações Sociais

Os valores a seguir representam os valores retidos dos colaboradores a repassar para a entidade sindical e para o INSS, e ainda a parte patronal referente aos valores de INSS, FGTS e PIS incidentes na folha de pagamentos.

Descrição	2016	2015
INSS a Recolher	12.178,17	2.262.610,01
FGTS a Recolher	-	711.072,17
Contribuição Sindical a Recolher	-	848,19
PIS a recolher	58,33	110.540,97
<b>Total</b>	<b>12.236,50</b>	<b>3.085.071,34</b>

As obrigações sociais vincendas em 2017 foram pagas em sua maior parte ainda no ano de 2016.

### 5.1.2. Ordenados e Salários

São obrigações sociais provisionadas em função de salários e serviços prestados em dezembro de 2016.

Descrição	2016	2015
Salários a Pagar	826,97	349.205,09
Rescisão Contratual a Pagar	2.000,64	9.066,47
Honorários a Pagar	7.547,13	4.892,98
Pensão Alimentícia	71,76	6.440,32
Estagiários a Pagar	-	950,66
<b>Total</b>	<b>10.446,50</b>	<b>370.555,52</b>

Os salários a pagar de dezembro de 2016 foram quitados dentro do próprio mês.

### 5.2. Obrigações Tributárias

Os Impostos e contribuições apresentados são decorrentes da retenção sobre a Folha de Pagamento (IRRF) e sobre a Prestação de Serviços de Terceiros (ISSQN, IRRF e PIS/COFINS/CSLL), quando aplicável, e calculados com base na legislação vigente na data da ocorrência dos fatos que deram origem as obrigações.

Descrição	2016	2015
ISSQN a Recolher	3.555,31	6.132,45
IRRF a Recolher	926,02	414.707,40
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	1.450,02	2.683,73
COFINS a Recolher	986,59	501,26
IRRF s/ notas Fiscais a Recolher	538,52	876,72
<b>Total</b>	<b>7.456,46</b>	<b>424.901,56</b>

### 5.3. Provisões de Férias e Encargos

As provisões para férias e encargos são efetuadas proporcionalmente ao seu período de aquisição, com valores contabilizados até 31.12.2016.

Descrição	2016	2015
Provisões Gestão	1.207.813,68	983.676,79
Provisões EMI	9.230.141,71	8.599.974,60
Provisões E-JOVEM	117.269,67	157.923,06
Provisões Contratos Diversos	1.041.832,78	1.123.109,77
<b>Total</b>	<b>11.597.057,84</b>	<b>10.864.684,22</b>

As estimativas contábeis relacionadas às provisões de férias e encargos foram determinadas conforme a seguir:

A provisão para o pagamento das férias foi calculada na base de 1/12 avos da remuneração dos empregados que tiverem trabalhado no mínimo quinze dias o mês, cabendo ajuste do valor provisionado nos meses anteriores em virtude de reajustes salariais, acrescidos dos encargos sociais cujo ônus cabe a empresa.

A Provisão para Férias com fundamento na remuneração mensal dos empregados e no número de dias de férias a que os mesmos tiverem direito no final do período de referência, provisionando-se, também, o adicional constitucional (1/3 da remuneração normal), o abono correspondente a 10 dias, acrescidos dos encargos sociais cujo ônus cabe à empresa.

Os encargos de provisões de Férias se referem ao INSS (alíquota de 25,5%), FGTS (alíquota de 8,00%) e PIS (alíquota de 1,00%), que foram provisionados de acordo com o regime de competência.

#### 5.4. – Adiantamento de Clientes

Descrição	2016	2015
Adiantamento de Clientes	473.157,29	260,00
<b>Total</b>	<b>473.157,29</b>	<b>260,00</b>

Nesta conta estão registrados os valores descritos abaixo referente à emissão de Notas Fiscais em valores maiores que a receita registrada de acordo com o valor mensal do contrato.

Valor	CLIENTE
139.823,95	SEAPA - CTO 002/2016
333.333,34	EJOVEM - CTO 276/2016
<b>473.157,29</b>	

#### 5.5. Provisões Trabalhistas e Cíveis

Foi constituída provisão de passivos contingentes trabalhistas e cíveis sobre os processos da entidade, assim julgados de perda provável, uma vez que as ações judiciais pagas são de responsabilidade do Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC.

Provisão para Ações Trabalhistas e Cíveis	Valores
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>331.413,37</b>
Adições	498.987,49
Reversões / Baixas	(61.859,21)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>768.541,65</b>
Adições	428.926,86
Reversões / Baixas	(71.814,21)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.125.654,30</b>

Existem ainda outros processos relacionados na resposta da Carta dos Advogados referentes a ações trabalhistas com prognóstico de perda possível. Os valores das causas não foram mencionados, visto que, seus valores não podem ser mensurados com segurança. Estes processos continuarão a ser acompanhados nos próximos exercícios.

## 6. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

### 6.1. Recursos de Convênios em execução

Os convênios são representados com acordos celebrados entre órgãos da Administração Pública e da Administração Privada para a consecução dos objetivos sociais para os quais a entidade se propõe. Em 2016 estão ativos o total de 02 (dois) convênios, sendo todos celebrados com a Administração Pública, tendo sido encerrados 01 (um) durante o curso do ano.

Descrição	2016	2015
Convênio SDA/Leite	10.806,90	10.516,93
Convênio Mandioca	-	55,85
Convênio Cultura Milho	3.053,47	3.053,47
<b>Total</b>	<b>13.860,37</b>	<b>13.626,25</b>

#### 6.1.1 - Convênios Valores-Vinculados

Nesta conta estão registrados os Convênios celebrados junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, cujos valores não são repassados para a conta movimento na sua totalidade, ficando vinculados em uma conta específica e sendo liberados de acordo com a execução das metas e respectiva prestação de contas. Todas as contas vinculadas foram encerradas no exercício de 2016.

Descrição	2016	2015
Pastejo Abelhas Africanas	-	50.411,69
Gotejamento Mamão	-	292,48
Centec/Mandiocultura	-	31.153,08
Centec/Mandioca e Feijão	-	19.878,14
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>101.735,39</b>

## 7. Receitas/Despesas Operacionais

### 7.1 RECEITAS OPERACIONAIS

Nesta conta estão registradas as receitas com e sem restrição.



Descrição	2016	2015
Receitas sem Restrição	1.330.044,66	1.078.445,03
Receitas com Restrição	105.838.804,04	109.679.927,00
Receitas Financeiras sem Restrição	159.956,26	99.900,01
Receitas Financeiras com Restrição	3.308.985,93	3.271.544,83
<b>Total</b>	<b>110.637.790,89</b>	<b>114.129.816,87</b>

## 7.2. DESPESAS OPERACIONAIS

Nesta conta estão registradas as despesas por centro de custos, as quais são apresentadas de forma consolidada na Demonstração do Resultado, a saber:

Descrição	2016	2015
Administrativas	3.433.414,83	4.083.203,95
Com Pessoal	21.719.824,50	19.256.912,73
Encargos Sociais	6.470.508,50	4.346.264,59
Despesas Tributárias	50.212,87	139.054,23
Aluguéis	179.878,99	135.713,11
Manutenção	105.347,44	97.128,27
Depreciação	392.500,21	438.969,81
Perdas Diversas	5.300,00	8.492,18
Outras despesas/receitas operacionais	390.106,17	339.571,92
<b>Total</b>	<b>32.747.093,51</b>	<b>28.845.310,79</b>

## 8. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Superávit do exercício no valor de R\$ 2.122.437,48 (Dois milhões cento e vinte e dois mil quatrocentos e trinta e sete reais e quarenta e oito centavos), encontra-se discriminado na DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL.

Em relação aos valores lançados nesta conta, trata-se de:

### Valores lançados a débito dessa conta:

Referem-se a:

- Ajuste referente à Unimed, valores não descontado por ocasião de afastamento por licença ou rescisão no valor de R\$ 882,21 (Oitocentos e oitenta e dois reais e vinte um centavos);
- Ajuste referente a despesa com FGTS no valor de R\$ 217,53 (Duzentos e dezessete reais e cinquenta e três centavos), não provisionadas.

**Valores lançados a crédito dessa conta:**

Referem-se a:

- a) Valor recebido a maior referente serviços prestados a Agrosafety no valor de R\$ 120,00 (Cento e vinte reais);
- b) Valores referentes a descontos do plano dental (Uniodonto) que não foram cobrados na fatura da prestadora de serviços, no valor de R\$ 6.359,10 (Seis mil trezentos e cinquenta e nove reais e dez centavos);
- c) Valor referente a descontos indevidos que não foram ressarcidos ao colaborador no valor de R\$ 27,80 (Vinte e sete reais e oitenta centavos);
- d) Valor referente a desconto da Unimed que não foram cobrados na fatura da prestadora de serviços no valor de R\$ 632,84 (Seiscentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos).
- e) Ajuste referente a valores provisionados a maior de questões trabalhistas no valor de R\$ 14.761,03 (Quatorze mil setecentos e sessenta e um reais e três centavos).
- f) Baixa do valor correspondente a diferença do RAT ano de 2011 por ter prescrito a obrigação de pagar no valor de R\$ 287.010,84 (Duzentos e oitenta e sete mil dez reais e oitenta e quatro centavos).
- g) Impostos prescritos no valor de R\$ 1.975,96 (hum mil novecentos e setenta e cinco reais e noventa e seis centavos).

**8.1. Superávit do Exercício**

Apuramos um superávit no valor de R\$ 2.122.437,48 (Dois milhões cento e vinte e dois mil quatrocentos e trinta e sete reais e quarenta e oito centavos).

Lembramos que a vigência dos contratos não coincide com o exercício social, podendo ocorrer a entrada de recursos que só terão as respectivas saídas no ano subsequente.

**9. OUTRAS INFORMAÇÕES**

**9.1. Imunidade Tributária**

Tendo em vista que a Instituição não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado, aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do Imposto Renda, Contribuição Social e do imposto municipal de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional-CTN.


Foi registrado o valor referente ao ISSQN sobre as Receitas no ano de 2016, com as alíquotas de 2% e 5%, de acordo com a atividade, totalizando o valor de R\$ 2.142.002,18 (Dois milhões, cento e quarenta e dois mil dois reais e dezoito centavos).

**9.2. Trabalho Voluntário**

Visando ao atendimento das práticas contábeis, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro, especificamente a Resolução do CFC nº 1.409/12, norma ITG 2002, os valores referentes ao Trabalho

Voluntário do Conselho Fiscal recebidos pelo Instituto Centro de Ensino Tecnológico foram registrados como se houvesse ocorrido desembolso financeiro com estes profissionais. O valor foi estipulado em 10% da remuneração total da Diretoria Executiva deste Instituto, como demonstrado na tabela abaixo:

Remuneração do Conselho Fiscal	
Quantidade de Membros	07
Remuneração Por Conselheiro (10%)/Ano	60.394,88
<b>Total da Remuneração</b>	<b>422.764,16</b>



Francisco Lopes Viana  
Presidente

Fortaleza, 31 de dezembro de 2016.



Regina Claudia Xavier Nascimento  
Regina Claudia Xavier Nascimento  
Contadora CRC 11834/0-5